



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### PARECER JURÍDICO Nº 126/2026

**PROCESSO Nº 0704001/2026/SEPLAGE**

**SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA (SISTEMA INFORMATIZADO) PARA GESTÃO, TRANSPARÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CASTANHAL/PA

**DISPENSA Nº 046/2026/PMC**

À Senhora Secretária de Suprimentos e Licitação,

### RELATÓRIO

O processo administrativo acima identificado foi encaminhado, para análise e manifestação desta Procuradoria Jurídica, em atendimento ao disposto no art. 53, *caput* da Lei nº 14.133/2021, que dispõe que ao final da fase preparatória os autos seguirão para órgão de assessoramento jurídico da administração para emissão de parecer jurídico.

Por meio do Documento de Formalização de Demanda – DFD a Secretaria Municipal Planejamento e Gestão solicitou a contratação de Solução Tecnológica (Sistema Informatizado) para Gestão, Transparência, Acompanhamento e Controle de Emendas Impositivas Municipais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Castanhal/PA.

Os autos foram regularmente formalizados e instruídos observando as diretrizes dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, com a seguinte documentação:

- a) Termo de Abertura do Processo (fl. 01);
- b) Ofício nº 413/2026/SEPLAGE à Secretaria Municipal de Licitação e Suprimento (fl. 02);
- c) Ata de Reunião nº 001/2026 (fl. 03);
- d) Ata de Reunião nº 002/2026 (fls. 04 e 05);
- e) Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 06 a 13);
- f) Termo de Autuação pela Equipe de Planejamento (fls. 14 e 15);



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- g) Estudo Técnico Preliminar – ETP (fls. 16 a 38);
- h) Solicitação de Dotação e Dotação Orçamentária na seguinte classificação (fls. 39 a 41):

### **0404 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**

Classificação Econômica: 04.122.0055.2.020 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento

Elemento de

Despesa:

3.3.90.40.00 - Serv. De Tecnologia,

Informação/comunic./PJ

Subelemento de Despesa: 3.3.90.40.11 - Locação de softwares

Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não vinculados de impostos.

- i) Justificativa de Ausência de Assinatura em Atas (fl. 42);
- j) Autorização do Prefeito Municipal (fl. 43);
- k) Termo de Referência (fls. 44 a 53);
- l) Pesquisa de Preços por meio de análise de contratos similares e Cotação perante as seguintes empresas (fls. 54 a 112):
  - 1.1) IMA INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS ofereceu proposta no valor global de R\$ 370.900,08 (trezentos e setenta mil, novecentos reais e oito centavos) para 24 (vinte e quatro) meses (fls. 55 a 68);
  - 1.2) YUKEM GESTÃO COM TECNOLOGIA DESCOMPLICADA ofereceu proposta no valor global de R\$ 259.778,00 (duzentos e cinquenta e nove reais mil, setecentos e setenta e oito reais) para 12 (doze) meses (fls. 69 a 82);
  - 1.3) DBA SUPORTE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA ofereceu proposta no valor global de R\$ 882.6000,00 (oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos mil reais) para 12 (doze) meses (fls. 83 a 88);
- m) Parecer Jurídico nº 005/2023 da empresa Informática dos Municípios Associados S.A – IMA (fls. 114 a 119);
- n) Certidões de Regularidade da empresa à Sociedade de Economia Mista, IMA INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS (fls. 120 a 154, 159 a 176);



## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- o) Ofício nº 308/2026 de solicitação de Declaração Orçamentária e Financeira (fl. 155);
- p) Declaração Orçamentária e Financeira (fl. 156);
- q) Termo de Autuação pelo Agente de Contratação (fls. 157 e 158);
- r) Demais Certidões de Regularidade da empresa IMA INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS (fls. 159 a 176);
- s) Justificativa da Dispensa de Licitação (fls. 177 a 182);
- t) Minuta Contratual (fls. 183 a 191);
- u) Despacho à Assessoria Jurídica (fl. 192);

É o breve relatório. Passamos ao parecer.

### **PARECER**

Inicialmente, cabe esclarecer que o âmbito de análise deste parecer cinge-se apenas às questões de caráter eminentemente jurídico, ao administrador Público cabe a análise dos aspectos relacionados à conveniência e oportunidade da contratação que compõem a parcela de discricionariedade que norteia a sua atuação, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reivindicações concretas do serviço público, bem como justificar devidamente a decisão adotada.

O instituto da licitação, consagrado pela Constituição da República de 1988, materializado pela Lei nº 14.133/2021, é o meio através do qual o Estado, em todas as suas esferas, realiza suas contratações, seguindo os princípios basilares do direito administrativo.

A Constituição Federal no art. 37, inciso XXI, possibilitou o surgimento de hipóteses excepcionais, desde que sejam dotados de parâmetros de razoabilidade e de princípios constitucionais.

Dessa forma, a Lei 14.133/2021 trata de duas hipóteses nas quais o procedimento licitatório não é obrigatório, sendo: a dispensa e inexigibilidade.

A contratação pretendida encontra embasamento legal no art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

IX - Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm)

Sobre o tema, Marçal Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, afirma que em raciocínio aplicável por analogia ao regime da Lei nº 14.133/2021:

“A interpretação do dispositivo sempre apresenta dificuldade relacionada com contratações entre entidades integrantes de distintas órbitas federativas. A redação do dispositivo alude explicitamente a ‘pessoa jurídica de direito público’, que contrataria entidade integrante da Administração Pública, criada para o fim específico de desempenhar as atividades objeto do contrato. A dúvida relaciona-se com a possibilidade de pessoa de direito público contratar entidade integrante de outra órbita administrativa. Assim, um Estado poderia contratar, sem licitação, uma entidade integrante da Administração Pública Federal? A resposta é positiva e deriva da identidade jurídica entre a entidade e o sujeito que a instituiu.”

No caso em análise, trata-se da contratação de Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Indireta, conforme devidamente informado, em seu Estatuto Social, em seu art. 1º (fl. 120), Proposta Comercial (fls. 55 a 64), Parecer Jurídico nº 005/2023 (fls. 114 a 119), e devidamente justificado no Documento de Justificativa de Dispensa (fls. 178 a 182), para a contratação de Solução Tecnológica para estruturar e implementar mecanismo sistematizado de controle e transparência das emendas impositivas municipais, visando atender à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Castanhal.

Verifica-se, que a entidade foi instituída com finalidade específica compatível com o objeto contratual que reforça a adequação da hipótese de contratação direta.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ainda, conforme documentação constante dos autos, o preço apresentado encontra-se em conformidade com os valores praticados no mercado, verificadas por meio de cotações diretas realizadas para fins de apuração de preços, conforme fls. 54 a 112, estando tais informações devidamente consolidadas na Justificativa de Dispensa acostada às fls. 178.

Conforme informado na justificativa da dispensa, a pesquisa de mercado identificou propostas com valores variando entre R\$ 259.778,00 (duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais) e R\$ 882.600,00 (oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos reais) para 12 meses, além da proposta da empresa IMA Informática de Municípios Associados, no valor total de R\$ 370.900,08, para o período de 24 (vinte e quatro) meses.

A proposta selecionada apresenta valor mensal de R\$ 15.454,17, totalizando R\$ 370.900,08, evidenciando-se compatível e proporcionalmente mais vantajosa em relação às demais alternativas, considerada a relação custo/tempo de execução.

A solução ofertada contempla sistema já desenvolvido e em operação, com implantação imediata, suporte técnico e atualizações contínuas, reforçando a vantajosidade da contratação também sob os aspectos técnico e operacional.

Ademais, restou demonstrada a vantajosidade da contratação, tanto sob o aspecto econômico, quanto da eficiência administrativa.

É importante mencionar que, a referida empresa apresentou certidão relativa a tributos federais positiva com efeitos de negativa, o que não a inabilita, pois isso significa que a empresa está com o seu débito parcelado perante a Secretaria da Receita Federal e, portanto, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa, o que dá plena condições da empresa participar do certame licitatório (TCU Acórdão 117/2024 – Plenário).

Dessa forma, verifica-se o atendimento aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da motivação, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, bem como da Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 75, inciso IX, inexistindo óbice jurídico à formalização da contratação direta por dispensa de licitação.

## DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO

Contrato administrativo é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A minuta contratual na cláusula primeira disporá expressamente que o contrato tem por objeto a contratação de Solução Tecnológica (Sistema Informatizado) para gestão, transparência, acompanhamento e controle de emendas impositivas municipais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

A lei nº 14.133/2021, no artigo 89, § 2º dispõe que:

“Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta”.

Na minuta, acostada aos autos do processo administrativo nº 0704001/2026/SEPLAGE, o mandamento foi devidamente obedecido nos termos do contrato através das Cláusulas terceira, oitava e nona.

O detalhamento do objeto e suas características encontram-se detalhados na cláusula primeira, subitem 1.1, 1.2, 1.3, atendendo aos incisos I e II, do artigo 92 e, a cláusula segunda trata da vigência do contrato que será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

O regime de execução do objeto consta na cláusula terceira da minuta do contrato, que faz referência ao DFD e vinculada a este contrato, atendendo ao inciso IV, VII e XVIII do artigo mencionado acima, e a cláusula quarta diz respeito a Subcontratação.

A cláusula quinta trata do preço e, a cláusula sexta diz respeito ao pagamento e demais condições, atendendo ao disposto no artigo 92, V e VI da Lei de Licitações.

A cláusula sétima trata do reajuste de preços utilizando o índice de reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

As cláusulas oitavam e nona tratam das obrigações contratuais do contratante e do contratado em observância aos incisos XIV, XVI e XVII do art. 92 da Lei 14133/2021.

A Garantia de Execução não será exigida.

A cláusula décima primeira dispõe acerca das infrações e sanções para os casos de inexecução total ou parcial do contrato.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A cláusula décima segunda trata da extinção contratual e a cláusula décima terceira trata da dotação orçamentária, atendendo ao disposto no inciso VIII do art. 92.

A legislação que será aplicada aos casos omissos há previsão na cláusula décima quarta, atendendo ao disposto no inciso III do art. 92.

A cláusula décima quinta trouxe a previsão de publicação no portal nacional de contratações públicas, bem como no site oficial.

A cláusula décima sexta trata das alterações contratuais que reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei 14133/2021 e, a cláusula décima sétima trata do foro se ocorrer eventual demanda judicial decorrente do contrato.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ressaltando-se o **caráter opinativo deste parecer**, e que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sujeitos ao crivo desta Procuradoria Jurídica, a teor do previsto no art. 75, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, e tendo a previsão de recursos orçamentários, **opina-se pela efetivação da dispensa da licitação**.

Ressalta-se que, deve ser observado a fase posterior ao processo de contratação, devendo ser acostado nos autos deste processo a portaria de designação do fiscal do contrato e as notas de empenhos. E, também deve ser observado a documentação exigida para efeitos de prestação de contas.

É o parecer de caráter meramente opinativo que submeto à aprovação e decisão superior, S.M.J.

Castanhal/PA, 24 de abril de 2026.

**Caroline Schaff**  
**OAB/PA Nº 24.217**  
**Procuradora Municipal**